



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008013-29.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Luiz Fernando Libório**
 Requerido: **Fernando Bertholomeu de Barros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Dispensado o relatório. Decido.

A petição inicial não se reveste de qualquer vício, preenchendo todos os requisitos a Lei nº 9.099/95 (aliás muito mais singelos que os do CPC), razão pela qual afasto a preliminar de inépcia.

Também não há qualquer má-fé do autor ao postular indenização por danos morais. Se tem ou não o respectivo direito é outra questão. O certo é inexistir qualquer indício de má-fé só por esse motivo.

No mérito, procede em parte a ação.

O autor Luiz Fernando Libório alugou do réu Fernando Bartholomeu de Barros espaço para a celebração de festa de seu casamento, consoante contrato de páginas 10/16, cuja cláusula 11ª é expressa ao indicar que em caso de desistência do contrato seria aplicada multa de 50% sobre o valor total.

Celebrada a avença em 23.05.2016 para evento a realizar-se em 24.06.2017, após o pagamento integral do preço, houve o cancelamento do contrato por iniciativa do autor, o que deu ensejo à restituição, pelo réu, de 50% do valor pago, retendo os 50% correspondentes à multa, tudo conforme recibo de página 17.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Pugna o autor pela devolução do restante, R\$ 4.000,00, com a retenção de 10% do preço pago, ou seja, de R\$ 800,00. Pagamento total de R\$ 3.200,00. Pede ainda a condenação do réu ao pagamento de indenização por danos morais.

De pronto deve ser repellido o pedido indenizatório por danos morais vez que o dano é estritamente patrimonial. Não houve abalo moral ou psíquico ao autor, que justifique qualquer lenitivo de ordem pecuniária. Não se trata de desrespeito ao consumidor, mesmo porque nenhuma lei prevê de modo expresso limite para a cláusula penal na hipótese, nem mesmo o Código de Defesa do Consumidor. E a conduta do réu veio respaldada na letra do contrato que, conforme reconhecido pelo próprio autor em depoimento pessoal às fls. 67, era de seu inteiro conhecimento.

O pedido ressarcitório da quantia paga, por sua vez, deve ser acolhido em parte.

O art. 51, IV do CDC considera nula de pleno direito a cláusula que estabeleça obrigação iníqua, abusiva, que coloque o consumidor em desvantagem exagerada, ou seja incompatível com a boa-fé ou a equidade, ao passo que o § 1º, III do mesmo dispositivo presume exagerada a vantagem que se mostra excessivamente onerosa para o consumidor, considerando-se a natureza e conteúdo do contrato, o interesse das partes e outras circunstâncias peculiares ao caso. Identificada a nulidade, exige-se do juiz um esforço integrativo, nos termos do § 2º do mesmo art. 51.

No caso em tela, a multa de 50% mostra-se excessiva, porquanto nenhuma utilidade o contrato trouxe ao consumidor que, ademais, de boa-fé, denunciou ao fornecedor a impossibilidade de manutenção do contrato com antecedência razoável.

Por outro lado, a retenção de 10%, que em casos ordinários poderia ser aceitável, deve ser repelida, porque esse percentual é muito baixo nas circunstâncias. Em primeiro lugar, porque o autor, como ele próprio disse em depoimento pessoal, tinha pleno conhecimento da cláusula. Em segundo lugar, porque as testemunhas ouvidas comprovaram que o réu efetivamente



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

não conseguiu alugar o espaço para a mesma data, tendo sua legítima expectativa frustrada, consoante depoimentos de fls. 68/69, 70 e o colhido nesta data.

A redução, segundo critérios de razoabilidade, será ao patamar de 30%, de modo que a condenação será no patamar de R\$ 1.600,00.

Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a ação para condenar o réu a pagar ao autor R\$ 1.600,00, com atualização monetária a partir da propositura da ação pela Tabela do TJSP, e juros moratórios de 1% ao mês desde a citação.

Sem verbas sucumbenciais, no juizado, em primeiro grau.

P.I.

São Carlos, 20 de fevereiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**